

**MORADORES NÃO TÃO IGUAIS: ORGANIZAÇÃO
SOCIOESPACIAL NA AMÉRICA PORTUGUESA (INÍCIO DO
SÉCULO XIX)**

Allan Thomas Tadashi Kato

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo.

Orientação da professora Dr. Beatriz Bueno

Email: atkato@gmail.com

Resumo

Propomos um novo olhar sobre a História de cidades, com o desenvolvimento de uma metodologia de reconstituição da distribuição espacial dos moradores nas vilas e cidades luso-brasileiras a partir do cruzamento de múltiplas fontes, em especial os livros de cobrança da Décima Urbana (a partir de 1808) e Listas Nominativas (desde 1765). Analisou-se a maneira pela qual os moradores de três vilas do sul da América Portuguesa – Paranaguá, Antonina e Curitiba – produziam sua lógica de organização espacial no início do século XIX. Buscou-se, então, entender quais eram as relações entre o local de habitação urbana e a condição dos moradores, tomando como parâmetro variáveis sócio-econômicas que os caracterizavam (cor, profissão, escravaria, cargos na Câmara, patentes milicianas, etc.). Em conclusão, podem-se perceber áreas diferenciadas, mas não exclusivas, para os distintos grupos sociais: logradouros para a nobreza da terra, outros para os “pobres”, e ainda ruas para moradores de condição socioeconômica intermediária, em ascensão ou estagnada.

Palavras-chave: História Urbana, Décima Urbana, Distribuição Socioespacial

Abstract

We propose a new perspective on the history of cities, with the development of a methodology for reconstruction of the spatial distribution of residents in towns and cities Luso-Brazilian from crossing from multiple sources, in particular the collection of books of the Décima Urbana (since 1808) and Listas Nominativas (since 1765). Analyzed the way in which the residents of three villages in southern Portuguese America - Paranaguá, Antonina and Curitiba - produced its logic of spatial organization in the early nineteenth century. We tried to then understand what were the relations between the local urban housing and the condition of the residents, taking as parameter socioeconomic variables that characterized (color, profession, slaves, positions in the House, patents militia, etc.).. In conclusion, one can see different areas, but not exclusive, to the distinct social groups: common grounds for the nobility, others to the “poor” and even streets for residents of middle socioeconomic status, rising or stagnant.

Keywords: Urban History, Tenth Urban Socio-Spatial Distribution

Propomos um olhar mais detalhado sobre determinadas práticas sociais que são básicas na organização espacial da cidade luso-brasileira, sendo a primeira delas a distribuição socioespacial dos moradores. A questão fundamental daí decorrente é tentar desvendar a maneira como os moradores das vilas e cidades luso-brasileiras se agrupavam. Nossa hipótese é que as pessoas escolhem suas vizinhanças. Essa “vizinhança” é outra modalidade de “ordem” urbana, cujo foco está na seleção dos “vizinhos apropriados”. Diante dessa conjectura nos perguntamos se, no desenho citadino de Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX, existiriam diferenças que evocassem qualquer tipo de distinção na organização espacial e, quais eram as relações entre o local de habitação urbana e a posição social e econômica dos moradores.

Mapa do Brasil com destaque para as cidades examinadas



Fonte de partida

Esse estudo partiu de um documento *sui generis* para o estudo das cidades no Brasil: a Décima Urbana. Em Portugal, esse imposto era cobrado desde meados do século XVII (Kushnir 2007: 90). No Brasil, esse tributo predial foi promulgado em 27 de junho de 1808 (Brasil 1891: 69-73). Essa foi a primeira vez que a Coroa determinou a cobrança de um tributo sobre todas as edificações citadinas no ultramar: um imposto de 9% sobre o valor de aluguel (real ou estimado) dos imóveis, a ser pago pelos inquilinos ou proprietários moradores de cidades litorâneas, no Brasil e nos outros domínios lusos.

A Décima Urbana é uma fonte histórica que nos permite ter uma idéia de quem eram os moradores das casas citadinas e em que logradouros estavam. Contudo não foram produzidas plantas com as localizações dos imóveis tributados, nosso trabalho se insere nessa lacuna: produzir plantas hipotéticas da situação indicada pelos livros de Décima para, depois, examinarmos a distribuição espacial dos moradores..

Na Capitania de São Paulo, nos livros de Décima de Paranaguá, Antonina e Curitiba os escrivães registraram os logradouros (rua, travessa, etc.), às vezes, com indicação do sentido e do lado (direito e esquerdo) em que foram arrolados os proprietários. Registraram o nome do proprietário e o do chefe da família moradora, assim como os valores de aluguel e do imposto. Esses livros de Décima são semelhantes aos de outras regiões do Brasil. Os livros de Décima da Capitania de Minas Gerais tinham, por exemplo, essas informações (Carrara 2003: 34).

Outros dados variavam, pois eram de iniciativa de cada escrivão. Nas cidades do Rio de Janeiro (Cavalcanti 2004: 259-272) e São Paulo (Bueno 2005: 63; Glezer 2007: 82-86), os escrivães anotaram um número maior de informações, como a tipologia (térreo, sobrado e assobradado) e subtipologias (número de lanços, quintal e cozinha). Nas décimas de Paranaguá, São Paulo e Rio de Janeiro foram indicadas as ruas em que se localizavam os armazéns; e, na Décima de Antonina, a cobertura de palha de parte das casas.

É importante salientar que edifícios administrativos e igrejas não foram registrados nos livros de Décima e, portanto, tampouco taxados. O alvará não determinava a isenção desses prédios, mas foi o que aconteceu. Já as casas de Câmara que funcionavam em casas alugadas de proprietários privados foram tributadas. No caso específico de Paranaguá, havia uma casa de fundição de ouro que também não foi arrolada nem taxada na Décima.

Planta-base

A primeira etapa do processo foi a escolha das plantas que serviriam de suporte para a espacialização dos dados arrolados nos livros do imposto de Décima. Três pesquisadores realizaram procedimento semelhante e enfrentaram a mesma dificuldade: não encontraram plantas cadastrais das localidades em estudo para períodos próximos aos das fontes analisadas. Assim, o geógrafo português Miguel Bandeira (2000: 48) georreferenciou em planta de 1868 os chefes arrolados no *Mapa das ruas de Braga*, de 1750. A historiadora de arquitetura Beatriz Bueno (2005: 60) distribuiu em planta cadastral de 1847 os chefes inventariados na Décima paulista de 1809. Já Sandro V. Gomes (2004: 50) espacializou em uma planta cadastral atual os chefes registrados na Décima de Antonina.

Pela inexistência de plantas próximas ao ano dos livros de Décima analisados, a única solução encontrada foi continuar a trabalhar com as plantas cadastrais modernas daquelas, vilas do sul da Capitania de São Paulo. São ideais para este trabalho porque nelas são identificados o formato e tamanho dos lotes.

Se observarmos as regiões centrais em plantas cadastrais modernas, é possível perceber uma dada configuração espacial que permite supor, com relativa segurança, que preservam as mesmas características básicas do traçado que essas (então) vilas tinham no início do século XIX. O lote urbano um documento inscrito no solo. Seu formato denuncia o modelo (europeu) de ocupação territorial utilizado, cujas características se preservaram, em grande medida, ao longo dos séculos. Desde que foram definidos os tamanhos dos lotes e construídas as casas em cada lado da rua, os quarteirões mais antigos em geral mantiveram suas características, devido às dificuldades de reurbanização. De fato, nossas fontes são o loteamento e o arruamento em si, em sua existência material, e as plantas cadastrais são apenas representações modernas disso.

Na seqüência, procurou-se confrontar os dados das plantas cadastrais com informações trazidas de documentos de época, tais como plantas, iconografia e descrições. O objetivo era comparar os diferentes discursos sobre o urbano, procurando utilizá-los, da melhor forma possível, na reconstituição espacial das vilas, com especial atenção ao loteamento e ao arruamento urbanos. Dentre essas fontes, algumas mereceram atenção especial, por indicar a posição dos lotes ou os nomes dos logradouros. Plantas e ilustrações do século XIX, assim como outras representações do XX (ou que se referiam a centúria anterior) foram essenciais para este exercício de reconstituição. Complementam esse quadro as descrições dos naturalistas Saint-Hilaire (1995) e Martim Andrada (1882) que, no início do século XIX, fizeram viagens pela região.

Localização dos acidentes topográficos urbanos

A etapa seguinte foi outro exercício bastante complexo: localizar, nessas plantas-base, igrejas e outras edificações civis que existiam no início do século XIX, pois, devido a reformas na estrutura física das cidades, algumas delas tinham sido demolidas. A tarefa foi uma etapa importante, porque, na documentação, alguns imóveis estavam referenciados a partir dessas edificações notáveis. Então, conhecendo o sítio das igrejas, por exemplo, as casas poderiam ser localizadas com maior precisão. No caso das igrejas, essa tarefa foi bastante simples, porque quase todas as igrejas existentes naquelas vilas no início do século XIX permaneciam em seus sítios até o momento da pesquisa. Já no caso dos pelourinhos, casas de câmara e cadeia, e fontes de água, a reconfiguração foi bastante penosa.

O pelourinho era o símbolo da presença do Estado português em todos os seus territórios no ultramar – não apenas uma baliza física, mas também um marco psicológico, representando o embate da civilização contra a barbárie. Daí o cuidado, no início da ocupação portuguesa na América, com sua construção e manutenção (Silva 1984: 21-32). Porém, com a passagem do tempo, os homens que foram chegando não tiveram a mesma preocupação, pois, provavelmente, o símbolo foi perdendo seu significado e função. E, talvez por isso mesmo, hoje em dia não seja possível localizar onde esteve erigido o pelourinho de Antonina. O pelourinho de Curitiba tem seu lugar demarcado, porém é uma suposição sem comprovação empírica. Já o de Paranaguá está localizado em um lote hoje pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico da cidade, e não tem controvérsias sobre sua posição.

As Casas de Câmara, também chamadas de Concelhos, era outro edifício importante para a administração local e para a paisagem citadina. Segundo o arquiteto Murillo Marx (1980: 75), no Brasil colonial o costume era alugar uma casa para as reuniões camarárias, pois a maioria das vilas não dispunha de recursos para financiar a construção do prédio da Câmara, também chamada Concelho. Pelo menos até a década de 1720, essa era a situação das vilas analisadas. Condição

que teria se modificado com a visita do ouvidor Rafael Pires Pardinho a Paranaguá e Curitiba, quando deu ordens para que se construíssem edifícios próprios para as atividades camarárias. Essa não era, porém, a inteira realidade dos fatos. Segundo os livros de imposto predial eram alugados imóveis para as Câmaras

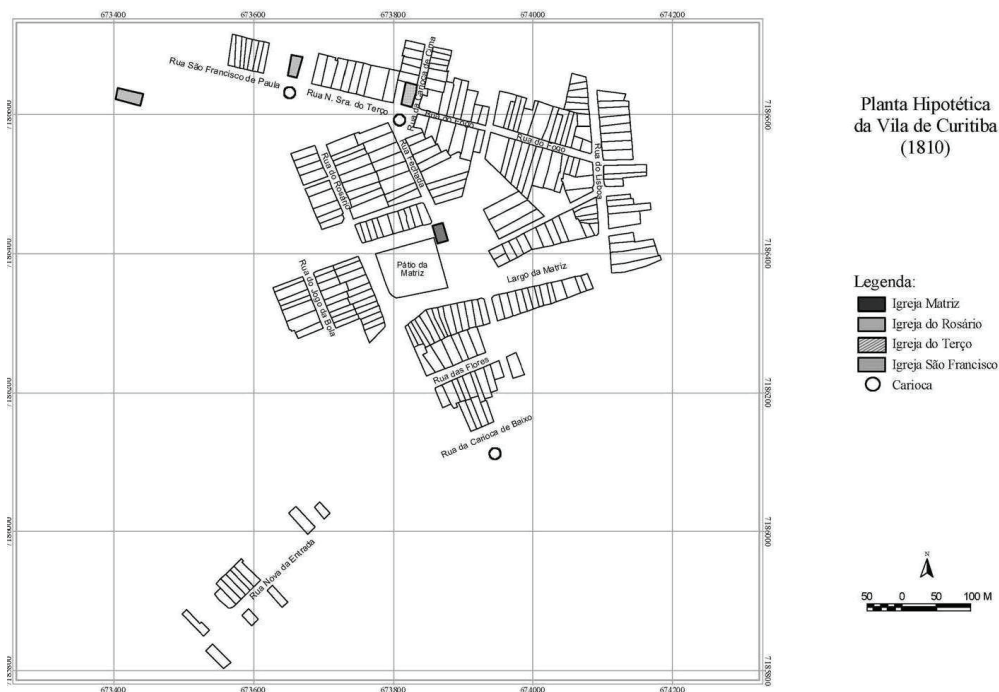
Finalmente, mas não menos importante, tratou-se de localizar os equipamentos urbanos que forneciam água para a população. Na maior parte das cidades luso-brasileiras, as fontes de água eram denominadas “cariocas”. Dependendo da fonte e da vila, a tarefa foi mais fácil ou mais difícil.

Topônimos

O exercício subsequente foi assinalar – nas plantas-base do atual arruamento das cidades examinadas – a localização dos antigos topônimos arrolados na Décima. Esse problema surgiu ao confrontarmos as denominações dessas duas épocas. Diferentemente de hoje, as ruas e travessas criadas no período português não tinham nomes oficiais. Além disso, era comum, pelo menos até a primeira metade do século XIX, mudarem-se os topônimos e não registrar tal mudança nas atas da Câmara, o que foi o caso em Curitiba, cujas mudanças nos topônimos, principalmente a partir da década de 1870, foram aí anotadas.

Essa etapa foi longamente descrita na dissertação de mestrado onde pode ser lida, e não será revisitada nesse artigo por não ser pertinente nesse momento (Kato 2011: 51-75). O mais importante de todo esse processo foi tentar relacionar os topônimos registrados nos livros de Décima Urbana com os atuais logradouros. Para que tivéssemos sucesso foi imprescindível o auxílio das plantas de épocas passadas e de outros pesquisadores que tentaram relacionar ruas, travessas, becos e largos dos séculos anteriores com o do XX. Descobrir o sentido em que os logradouros foram arrolados também foi importante porque assim poderíamos localizar de modo mais eficiente onde estava cada morador.

O trabalho de reconstituição do arruamento e loteamento urbanos das, então, vilas analisadas foi um exercício difícil, penoso e muitas vezes frustrante. Foi realizado, os problemas enfrentados, na medida do possível, contornados. O resultado da espacialização dos logradouros e dos moradores foram as três plantas hipotéticas cujos anos foram determinados pelos livros de Décima. Como exemplo ver a espacialização dos lotes citadinos e dos logradouros de Curitiba, no início do século XIX, com os edifícios religiosos mais importantes da época.



Classificando os chefes de domicílio

Escolhida a planta base e localizados os acidentes da topografia urbana, pudemos estabelecer as hipóteses de trabalho, que permitiram relacionar aproximadamente cada habitante ao lote em que morava. Os livros de Décima de Paranaguá, Antonina e Curitiba não traziam dados suficientes para nossa análise socioeconômica, por não qualificarem os chefes de domicílio registrados. Foi necessário buscar outras fontes que melhor caracterizassem tais moradores: a fase final da metodologia.

Os livros de Décima relacionam apenas os nomes dos proprietários e inquilinos das casas. Como em outras fontes, às vezes também era indicada a patente, na milícia, ou os cargos auxiliares. Para as mulheres com maior distinção social, utilizavam o tratamento “Dona”. Nenhum outro elemento que caracterizasse socialmente os moradores do setor citadino foi registrado. Como esse trabalho tem por objeto a análise da lógica da organização social refletida no espaço, foi necessário caracterizar melhor os chefes de domicílio.

Os Maços de População, também conhecidos como Listas Nominativas de Habitantes, serviram para essa tarefa. Trata-se de censos nominativos em que a população da vila foi arrolada domicílio a domicílio. Nelas aparecem os núcleos domiciliares e, na seqüência, estão registrados alguns

dados sobre as pessoas: idade, estado conjugal e cor social. Títulos da patente milicianiana ou dos cargos auxiliares também eram citados, assim como o modo de sustento da casa: vive de sua fazenda, tem um botequim, oficial de sapateiro etc. Tal fonte existe para todas as vilas analisadas. Buscávamos, principalmente, ocupações, cor social, origem, e número de escravos dos chefes.

No Brasil, tais listas foram produzidas principalmente entre as décadas de 1760 e de 1830. Escolhemos trabalhar com aquelas da primeira década do século XIX. A necessidade de usar esse conjunto de listas se deve ao desencontro das informações. Nas Décimas, existem chefes com domicílios urbanos, e proprietários-moradores que foram inventariados como aí morando, mas que, por algum motivo, no ano do imposto, não constam nas Listas Nominativas das vilas pesquisadas (aproximadamente 20% em cada vila).

Mesmo com o extenso quadro produzido através das Listas Nominativas, decidimos avançar ainda mais. Nas três vilas analisadas, para melhor recompor a situação social dos chefes de domicílio, voltamo-nos para os livros das Câmaras e os das Irmandades. Isto para saber quem integrou essas instituições e, assim, ter indícios do prestígio social deles.

Mas não resistiu ao tempo o livro do período colonial da Câmara de Paranaguá, nem aquele de Antonina. Nessas vilas nos valemos de meios indiretos para conhecermos os oficiais do Concelho – basicamente pesquisas feitas por historiadores do passado, como Antonio Vieira dos Santos e Ermelino de Leão. Já em Curitiba, houve grande cuidado na preservação dessa documentação, tendo, inclusive, sido publicadas transcrições das atas de Câmara, no século XX, organizadas pelo memorialista Francisco Negrão.

Além dos cargos maiores (vereador, juiz-ordinário e procurador-tesoureiro), pudemos conhecer quem exerceu os cargos menores da administração municipal de Curitiba. Nos livros dos almotacés da vila, procuramos os chefes de família que ocuparam funções de porteiro, alcaide e almotacé – postos de execução, sem poder de decisão. Também com essas duas fontes citadas (livros da Câmara e os dos almotacés), conhecemos os nomes dos escrivães da Câmara, da almotaçaria, e os do júizo de órfãos. Já os dos tabeliães foram obtidos através dos livros notoriais.

O pertencimento a irmandades era outro elemento a nos dar indício da condição social do morador. Até onde sabemos, não eram muitas as irmandades das elites na região sul da capitania de São Paulo. A cor social era, provavelmente, o principal elemento definidor da entrada nas confrarias. Outro motivo de agregação eram as ocupações. No atual estado do Paraná, onde localizam-se as três cidades examinadas, no entanto, parece não ter havido irmandades profissionais (de sapateiros, comerciantes, fazendeiros etc.). Não há estudos a respeito e, tampouco, fontes conhecidas. Para Curitiba e Paranaguá, tivemos acesso às transcrições dos livros de irmandades brancas; para Antonina, não encontramos qualquer material.

Além de relacionar os confrades e os agentes camarários, agregamos à análise os eleitores de Curitiba. No Brasil, a eleição dos ocupantes desses cargos era feita através de voto indireto. O povo “qualificado” (entenda-se branco e com prestígio) votava em um grupo de eleitores que, por sua vez, elegia os ocupantes da Câmara. Os livros de eleições da Câmara serviram a esta tarefa.

Esperamos assim ter conseguido – de modo parcial, é claro – recompor com mais precisão o estatuto social dos moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba, tendo em vista compreender se alguma variável socioeconômica explica uma possível setorização no espaço urbano daquelas vilas (como Elias e Scotson 2000: 19-50 pensaram sobre Winston Parva); ou, o que é mais provável, se um conjunto de dados esclarece os motivos da distribuição socioespacial (como S. Gomes 2004: 35 ponderou para Antonina).

Aplicação do método

No início deste artigo nos perguntamos se havia algum padrão espacial na constituição de vizinhanças nas vilas analisadas. Partimos da hipótese de que as pessoas tinham tendência a habitar próximas aos seus iguais. A historiografia tem mostrado que, na Metrópole, existiam segmentações urbanas (ruas, áreas ou bairros) onde se concentravam comerciantes, artesãos, pobres ou ricos. Também no Brasil essas concentrações pareciam ocorrer. Nossa análise identificou que, em Paranaguá, Antonina e Curitiba, no início do século XIX, havia uma diferenciação socioespacial, cujos contornos, porém, eram menos evidentes.

Na maior parte das vilas e cidades de matriz portuguesa, aparentemente não havia espaços tão especializados quanto os das ruas de profissões de Lisboa ou do Porto. É óbvio que, devido às suas dimensões acanhadas, as vilas estudadas não poderiam comportar tal nível de segmentação. No entanto, foi possível, mesmo assim, perceber que o espaço ocupado não era homogêneo nem indiferenciado. Os moradores pareciam procurar se distinguir, também, através do espaço de habitação, gerando certo zoneamento. Nas três vilas analisadas, o recorte espacial mais evidente era a existência de regiões onde se concentravam as elites locais. Em contrapartida, havia regiões onde se concentravam os de poucas posses.

O estudo da Curitiba do início do século XIX permitiu perceber que se pode considerar área preferencial de moradia da maior parte dos principais da vila a região que fica a norte e a oeste da Igreja Matriz – principalmente a daquelas moradias mais próximas a esse prédio. Ficava na parte mais elevada da área urbana e era a mais cuidada pela Câmara: aí, várias vezes no ano, eram refeitos os calçamentos e regos (canais para escoar a água), e tornaram-se espaços privilegiados de habitação da elite as ruas Fechada e do Rosário, e parte do Pátio da Matriz. Nessa região concentravam-se as casas de mais alto valor, moradias dos chefes com os postos

elevados na milícia, e dos que exerceram os principais cargos da Câmara. O fenômeno parece ser generalizado – igrejas, em especial as matrizes, eram pólos de valorização espacial. O que, por outra via, demonstra a importância desse tipo de acidente da topografia urbana no imaginário de seus moradores (Bueno 2005: 73-73).

A elite antoninense tinha, também, seu espaço preferencial nas proximidades da Igreja Matriz. Os moradores de elevada condição social (camarários, patentes mais elevadas, donos de escravos etc.) residiam quase exclusivamente nas ruas da Matriz e Direita, situadas a leste da igreja. Como em Curitiba, esses logradouros de Antonina situavam-se em área elevada e mais próxima à principal igreja da vila. Eram onde se localizavam as casas mais caras, onde habitavam os principais comerciantes e agricultores da vila (Gomes 2004: 28-31).

Em Paranaguá, a situação era um pouco diferente: a única vila em que foi possível identificar a presença de duas elites, uma comercial e outra rural, que tinham espaços relativamente distintos de moradia urbana. A elite mercantil habitava, sobretudo, nas ruas do Terço e da Praia. Eram logradouros onde se concentrava a maioria dos negociantes, e boa parte dos armazéns da vila. Esses chefes tinham posições elevadas na milícia e nas ordenanças, como as de capitães. Aí se concentravam os que exerceram cargos camarários e os confrades das duas principais irmandades brancas. Seus habitantes formavam parte significativa da elite socioeconômica local, com status social já enraizado e elevado.

Já a elite agrária paranguara optou por morar, principalmente, na rua Direita – nome de logradouro que, em outras cidades luso-brasileiras, a historiografia nacional tem ligado a ruas de comércio. Os fazendeiros de Paranaguá não eram os detentores das posições mais elevadas na estrutura social. Assim, apesar de constituírem grande força social, os moradores da rua Direita tinham posições mais baixas do que os da rua do Terço. Em geral, suas posições estavam abaixo das dos negociantes, fossem na milícia, nos cargos na Câmara, ou no pertencimento às irmandades, entre outras variáveis. Quanto ao número de escravos, porém, os moradores da Direita eram, em média, donos dos maiores plantéis, provavelmente porque as atividades ligadas à terra exigiam mais braços; e, caso se mantivessem restritos aos negócios mercantis, os negociantes geralmente não tinham tal necessidade.

Enquanto a elite de Antonina morava quase toda nos logradouros mais próximos ao mar, as opções em Paranaguá eram diversas – pois, como vimos no caso dos comerciantes, tinham, possivelmente, motivo funcional (estavam mais próximos do porto). Nossas demonstrações indicaram que, em Antonina, não havia grande diferença de moradia entre agricultores e comerciantes de maior porte. A pequenez da vila possivelmente, não permitia essa distinção espacial por atividade econômica. Também, não fomos capazes de perceber se havia diferenças entre a elite que morava na rua Direita e a dos moradores da Matriz.

Talvez por ter sido, no século XVIII, a maior vila do sul de São Paulo em importância econômica e efetivo populacional, em Paranaguá a diferença entre esses dois grupos profissionais era mais evidente. Tais escolhas puderam ser, na medida do possível, explicadas, principalmente, por fatores econômicos, mas também por certas necessidades de ordem prática. Negociantes voltavam-se para o mar por dele depender a chegada de seus produtos; os fazendeiros, para a zona rural, de onde tiravam seu sustento.

Os “pobres” das três vilas pesquisadas também tinham suas áreas de habitação urbana, que, em geral, estavam em locais mais baixos e alagadiços (portanto, insalubres). Em Curitiba, os moradores de baixa condição social habitavam, grosso modo, a região ao sul e ao leste (da Igreja Matriz), que sofria com alagamentos e com a falta de cuidados da Câmara. Foi uma área que se desenvolveu em oposição àquela ocupada pela nobreza da terra. Talvez essa distância relativa (já que as casas estavam separadas pelo pátio da Matriz) fosse justamente para criar tal diferença. Pelo pequeno tamanho do setor urbano, não havia um bairro urbano específico para cada um desses grupos, mas áreas “seletivas”. Em geral, os chefes pobres da região sul-leste não tinham patentes na milícia, nem cargos na Câmara – nem mesmo cargos menores. Não eram confrades da principal irmandade branca da vila tampouco proprietários de escravos. Mas não eram socialmente desqualificados: nas Listas Nominativas sua qualificação era “pobres”.

Em Antonina, a localização das camadas mais despossuídas era semelhante à que ocorria em Curitiba: opunha-se à da elite. O distanciamento aí era, inclusive, espacialmente mais marcado (Gomes, 2004: 32). Do modo como imaginamos o setor citadino antoninense no início do século XIX, os logradouros do Campo não eram paralelos aos da Praia. Se a elite local agrária e comercial (detentora dos mais elevados títulos milicianos, cargos da Câmara, escravos, etc.) morava, sobretudo, nos logradouros próximos ao mar, os pobres (que estavam alijados de qualquer distinção social) habitavam, principalmente, nas ruas do Campo. É possível imaginar que essa distância marcava com traços mais fortes essa diferença.

Já em Paranaguá a situação era diferente. Se entre as elites havia uma relativa dispersão (em dois logradouros não paralelos), entre os pobres percebeu-se uma pulverização maior. Habitavam, principalmente, os logradouros das bordas da vila: a rua do Charco e a do Fogo; e também na travessa do Funil, assim como na rua da Baixa (que sofria com alagamentos), no centro da vila. Os preços das casas não eram ditados pela maior ou menor distância da Igreja Matriz, porém, em muitos casos, estavam nessas ruas as residências dos chefes de domicílios mais pobres, que tinham ocupações pouco lucrativas.

Havia, ainda, os que não eram nem pobres nem nobres: geralmente moradores com algum cabedal, porém com pouca, ou baixa, distinção social. Em Curitiba, não se pode falar que o taberneiro João da Costa Silva, com dez escravos, fosse alguém financeiramente pobre, mas também não integrava a nobreza da terra. Provavelmente, não tinha alcançado distinção suficiente

para ser considerado um negociante pela elite comercial do lugar (nem, portanto, igual a eles). Era um pequeno comerciante que estava enriquecendo, mas que ainda tinha alguns passos a dar rumo ao topo da estrutura social local. Essa situação é sugerida por sua baixa patente miliciana, por não integrar a principal Irmandade da vila, mas já ter sido almotacé – porta de entrada para os principais cargos do Concelho.

Ainda em Curitiba, outros homens com alguma riqueza – porém sem grande posição social – moravam na rua do Jogo da Bola, à oeste da Matriz, e na de Nossa Senhora do Terço, a nordeste do mesmo referencial. Talvez porque, não por acaso, esses dois logradouros estavam muito próximos da área ocupada pela nobreza da vila. A rua do Jogo da Bola era paralela ao pátio; já a rua do Terço estava conectada por um largo à rua do Rosário. Com o “enobrecimento” desses chefes, a região nordeste continuaria a concentrar a elite local.

Em Paranaguá, os intermediários entre pobres e nobres eram um pouco mais ricos (em média, mais escravos e propriedades urbanas) do que os já citados. Localizavam-se, principalmente, na rua da Gamboa (do lado esquerdo da Matriz) e na travessa da Matriz (ao pé da mesma igreja). Eram moradores de boa condição econômica, porém de posição social mediana, já que tinham funções menores na milícia (ou eram padres) e, geralmente, não tinham exercido cargos na Câmara. Ainda não aliavam status econômico e social. Caso alcançassem graus mais elevados na hierarquia social, a localização geral dos nobres e pobres continuaria do mesmo modo: espalhados por todo o setor urbano, mas com as concentrações referidas.

No caso de Antonina, isso não pôde ser verificado. As dificuldades de se atribuir diferenças entre agricultores e comerciantes (quem era pequeno ou grande) foram um obstáculo para esmiuçarmos melhor os diferentes tipos sociais ali residentes. A distância entre o que era ser pobre ou ser rico devia ser muito pequena e, provavelmente, não era isso que determinava as diferenças. Ou, talvez, em vilas menores a polarização fosse mais acentuada, por isso a falha em identificar e localizar um “grupo” médio.

Portanto, nas três cidades analisadas, podem-se perceber espaços diferenciados para moradores distintos socialmente. No período colonial, parte do processo de seleção de vizinhos pode ter tido como instrumento a obrigação legal de construir a casa em até um ano após receber o lote urbano. Essa barreira era sutil, porém bastante eficaz, pois impedia que a maior parte da população pudesse morar no setor citadino, por não ter meios para edificar em prazo tão curto. Entre aqueles que de algum modo podiam morar em uma casa urbana (fosse de aluguel, por aquisição ou doação etc.), em geral os logradouros acessíveis, como mostramos, não eram os mesmos. Pobres viviam em áreas alagadas, enquanto os mais abastados tinham suas casas em setores mais elevados, com boa infraestrutura. E esse foi um modo indireto de compreender como os lotes urbanos se distribuíam: não mais dispomos das cartas de datas para qualquer uma das vilas examinadas.

Em Curitiba, a partir de 1829 – e posteriormente nas demais cidades “paranaenses” (Castro, Guarapuava, Ponta Grossa etc.) –, as medidas explícitas adotadas pelas Câmaras na tentativa de expulsar os pobres da área urbana são mais conhecidas. O historiador Magnus Pereira (1996: 116-124) demonstrou como esse processo ocorreu. Em 1829, nas principais ruas da vila, a Câmara de Curitiba proibiu choupanas de pau a pique cobertas de palha. Esse modo de edificar era visto como próprio de áreas mais periféricas, portanto não compatíveis com as ruas e travessas onde moravam os homens-bons. Tal restrição seria estendida, em 1836, para todas as casas citadinas de Curitiba.

Para os vereadores, nesses logradouros (e mais tarde em toda a vila) deveria haver somente casas de pedra e cal, cobertas de telhas. Casas de taipa de pilão ou de estuque – que eram modos construtivos mais elaborados do que o de pau a pique e palha – também eram aceitas como moradias das ruas principais. Em Paranaguá, esse ideal já tinha sido alcançado, haja vista a notícia, dada por Saint-Hilaire em 1820 – provavelmente com certo exagero –, de que todas as casas urbanas eram do material mais nobre: pedra e cal. O que, em parte, explica os preços médios (e absolutos, também) dos imóveis nas três vilas analisadas: mais elevados em Paranaguá, eles eram 1,8 vezes superiores aos de Curitiba; e 3,7 vezes mais altos do que os de Antonina.

Com essas proibições, o preço das construções se elevaria. Isso, certamente, “selecionaria” a vizinhança (Pereira 1996: 118), restringindo ainda mais a possibilidade de moradores mais pobres residirem no setor urbano, pois legalmente não era permitido negar um lote a quem o requisitasse (Pereira & Nicolazzi 2003: 68-69). Outras medidas legais de seleção dos vizinhos vieram depois, como a definição, em 1836, de um limite mínimo para altura das casas – 18 palmos, ou 4 metros (que depois foi alterado para 20 palmos); e, no ano seguinte, para o tamanho das janelas e portas. Foram medidas impostas a quem quisesse construir ou reformar, o que pode indicar o tipo de morador que se desejava ter no setor citadino, isto é, os que tinham dinheiro.

Em Curitiba, ou em qualquer outra cidade luso-brasileira, impor um modo de construção era um dos modos utilizados para excluir dos setores urbanos moradores menos abastados. Havia, entretanto, outros meios de exclusão que não conseguimos identificar, mas foi possível perceber que, por menor que fosse a vila, a exclusão existia. O inexpressivo número de chefes não-brancos em Curitiba pode ser apontado como indicativo dessa situação. Parece que o morador pardo ou o negro não podia habitar no setor urbano da vila. O preço das casas, ou mesmo seu aluguel, pode ser apontado como um desses meios de “selecionar” moradores.

Considerações finais

Explicitamos aqui as três fases do processo: escolher uma planta-base; localizar os topônimos arrolados no livro de Décima, assim como suas direções e lados, esquerdo e direito; e, por fim, classificar os moradores arrolados nessa mesma fonte. Esta era a novidade do nosso trabalho: demonstrar nossa metodologia de reconstituição do loteamento e arruamento urbanos em Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX.

A aplicação foi uma consequência. Partimos da hipótese de que moradores citadinos formavam vizinhanças com pessoas de semelhante condição social. Isso conseguimos demonstrar – principalmente entre os mais abastados (as elites), que escolhiam seus locais de moradia. E ainda mais: que nas entrelinhas das posturas municipais havia um processo de exclusão dos “pobres”. Para ser nobre, provavelmente, um dos “requisitos” era ter uma casa na cidade – afinal, porque gastar dinheiro mantendo um imóvel citadino se não se reside nele? A resposta a essa pergunta (retórica, confessamos) é: para manter as sociabilidades. Afinal a cidade era o palco onde se revelavam as disputas – entre as elites ou no interior delas.

Fontes

ANDRADA, M. F. R. de. 1882. *Jornal de viagem por diferentes vilas desde Sorocaba até Curitiba, principiada a 27 de novembro de 1802. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 45, 1882.

BRASIL. 1891. *Collecção das Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

CURITIBA. 1931. *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba*, Curitiba, v. 18, 1925; v. 27, 1927; v. 33, 1927; v. 47, 1930 v. 52.

DÉCIMA urbana de Antonina. In: *Livro de Lançamento do imposto de dízimos de Paranaguá* (10 nov.1808 a 6 fev.1857), códice IM V.1. Acervo do Arquivo da Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba.

DÉCIMA urbana de Curitiba. In: *Livro de Lançamento de dízimo (predial) de Curityba*, códice IM V.2, f. 139 r-178 v. Acervo do Arquivo da Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba.

DÉCIMA urbana de Paranaguá. In: *Livro de Lançamento do imposto de dízimos de Paranaguá* (10 nov.1808 a 6 fev.1857), códice IM V.1. Acervo do Arquivo da Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba.

PARANAGUÁ. 4ª Companhia de Ordenanças. *Lista Nominativa de habitantes de Paranaguá (1767)*. Códice 2105. Transcrição Julia Maria Ribeiro. Arquivo Digital. Projeto Resgate, São Paulo.

PARANAGUÁ. *Lista nominativa de habitantes de Paranaguá (1772)*, f. 8 [paginação 186, do arquivo digital]. Resgate, São Paulo, códice 2105.

PEREIRA, Magnun R. de M.; NICOLAZZI JUNIOR, Norton F. (Org.). 2003. *Audiências e correções dos almotacés (1737 a 1828)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos.

SAINT-HILAIRE, Auguste. 1995. *Viagem pela comarca de Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural.

SANTOS, Antonio César de A. (Org.). 2000. *Provimientos da Vila de Paranaguá (1721)*. Monumenta, Curitiba, v. 3, n. 10, p. 81-174.

SANTOS, Antonio Vieira dos. 2001. *Memória histórica de Paranaguá (1850)*. Curitiba: Vicentina.

Livros, artigos e teses

BANDEIRA, Miguel S. de Mello. 2000. *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII: a reconstituição da cidade a partir do Mapa das Ruas de Braga e dos Índices dos Prazos das Casas do Cabido*. Porto: Afrontamento.

BUENO, Beatriz P. S. 2005. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo colonial: metodologia de estudo com base na Décima urbana de São Paulo em 1809. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 59-97.

CARRARA, Ângelo. 2003. *A Real Fazenda de Minas Gerais: guia de pesquisa da coleção Casa dos Contos de Ouro Preto*, 1. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/hqg/files/2009/10/A-Real-Fazenda-I.pdf>>.

CAVALCANTI, Nireu. 2004. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade, da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Zahar.

DUDEQUE, Irã José. 1985. *Cidade sem véus: doenças, poder e desenhos urbanos*. Curitiba: Champagnat.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. 2000. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: _____. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, p. 19-50.

- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão. 1989. Elementos para um estudo sociotopográfico de Guimarães na baixa Idade Média: um espaço residencial de elite. *Cadernos do Noroeste*, Braga, v. 2, n. 2-3, p. 179-216.
- GLEZER, Raquel. 2007. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda.
- GOMES, Sandro V. 2004. *Organização espacial numa vila colonial luso-brasileira, Antonina, 1808*. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em <http://www.historia.ufpr.br/monografias/2003/sandro_vieira_gomes.pdf>.
- KATO, Allan. 2011. *Retrato urbano: estudo da distribuição socioespacial dos moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em:
- KATO, Allan. 2011b. Onde moravam os homens bons de Curitiba. In: CRUZ, Ana Lucia R. B. da; PEREIRA, Magnus Roberto Mello. (Org.). *Curitiba e seus homens-bons: espaço e sociedade na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, p.10-31.
- KUSHNIR, Beatriz. 2007. Traços da imigração portuguesa no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (parte I). *População e Sociedade*, Porto, n. 14-15.
- LEÃO, Ermelino Antonio de. 1926. *Contribuições históricas e geográficas para o Dicionário do Paraná*. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.
- LEÃO, Ermelino Antonio de. 1999. *Antonina: factos e homens. Da idade archeolithica à elevação à cidade - 1918 (1926)*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura.
- MARX, Murillo. 1980. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Edusp; Melhoramentos.
- LEÃO, Ermelino Antonio de. 2003. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. 1999. Cortesia, civilidade, urbanidade: conversando com Norbert Elias sobre a conformação do espaço e das sociabilidades na cidade medieval portuguesa. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 111-146.
- REIS FILHO, Nestor G. 2001. *Imagens de vilas e cidades coloniais no Brasil*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- SILVA, Janice Theodoro da. 1984. *São Paulo, 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial*. São Paulo: Moderna.

